

continuação ➤

continuação ➡

contratuais. Quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em receitas (despesas) financeiras juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • **Valor justo** por meio de outros resultados abrangentes: os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • **Valor justo** por meio do resultado: os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subseqüentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. **Instrumentos patrimoniais:** A Companhia subseqüentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração da Companhia escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subseqüente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outros receitas quando o direito da Companhia receber pagamentos é estabelecido. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por *impairment* (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo. **Impairment:** A Companhia, sua controlada e seus consórcios em conjunto avaliam anualmente, quando aplicável, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados do custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. **(c) Clientes:** A Companhia de contas a receber de clientes é reconhecido com base nos faturamentos efetuado a clientes, sendo apurado de acordo com o progresso da obra tendo como bases os custos incorridos e a margem bruta estimada do projeto. A prática contábil para o reconhecimento da provisão para perda esperada com créditos das contas a receber está descrita na Nota 2.2 (b), acima. **(d) Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. O saldo de estoques inclui os valores antecipados a fornecedores para compra de estoques. **(e) Participação em consórcios controlados em conjunto:** Os ativos, passivos, ganhos e perdas decorrentes da participação da Companhia em consórcios, nos termos do artigo 278 da Lei das Sociedades por Ações, nos quais o controle é compartilhado são reconhecidos, substancialmente, na proporção da participação da Companhia. **(f) Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas quando necessárias. A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados dos grupos de terrenos, edificações e benfeitorias pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 01/01/2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais (Nota 11). Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	5–50
Ativo de direito de uso	5
Máquinas	2–10
Veículos	5–10
Móveis, utensílios e equipamentos	2–10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício (vide Nota 11 (a) e (b)). Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para lucros acumulados. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. **(g) Intangíveis (softwares) :** As licenças adquiridas de programas de computador e os gastos com a implantação de *softwares* reconhecidos como ativos são capitalizados e amortizados, usando-se o método linear ao longo de sua vida útil estimada, pela taxa de 20% ao ano. **(h) Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor residual de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Não foram identificados eventos ou alterações nas circunstâncias que pudessem indicar que o valor contábil pode não ser recuperável.

Fornecedores em operação de Risco Sacado: A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras destinadas aos projetos da Companhia. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores e a Companhia paga à instituição financeira na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) não impactando a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira. **(i) Benefícios a funcionários:** **(i) Benefícios de demissão:** Os benefícios de demissão são pagos sempre que o vínculo empregatício do funcionário é encerrado antes da data normal de aposentadoria ou sempre que um funcionário aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de demissão quando está demonstravelmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários segundo um plano formal e detalhado sem possibilidade de destituição ou com a concessão de benefícios de demissão em virtude de uma oferta de demissão voluntária. **(ii) Participação nos lucros e bônus:** O reconhecimento dessa participação é efetuado mensalmente à razão de um doze avos do valor da participação a pagar com base na melhor estimativa disponível na data-base. **(iii) Previdência privada:** A Companhia possui Programa de Previdência Complementar através das modalidades Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Programa de Seguro de Vida com Cobertura por Sobrevida (VGBL), ambas modalidades pautadas em regime de contribuição definida. Ambas as opções foram estabelecidas com o Itaú Vida e Previdência S.A., entidade aberta de previdência privada. Estes planos não incluem benefício de risco e, portanto, não produzem passivo atuarial. As contribuições da patrocinadora ao Programa de Previdência apresentam-se como segue: • Contribuições básicas - destinam-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda e são idênticas à contribuição dos participantes. • Contribuições extraordinárias - podem ser realizadas em qualquer tempo, a critério da patrocinadora e dos participantes. No exercício findo em 31/12/2025, a Companhia efetuou contribuições para o Programa de Previdência no montante de R\$ 1.359 (2024 - R\$ 1.085) para custeio dos planos de benefícios. O custo com o Programa de Previdência Complementar é reconhecido como despesa no momento em que as contribuições da Companhia, como patrocinadora, são contratualmente devidas. **(iv) Gratificações a empregados:** A *holding* Techint E&C S.A. possui um programa de retenção e incentivos de longo prazo destinado a determinados empregados de algumas de suas subsidiárias. De acordo com esse programa, determinados níveis de gestão da Companhia receberam um número de unidades, avaliadas com base no valor contábil do Patrimônio Líquido por ação da Techint E&C S.A. As unidades serão apropriadas gradualmente ao longo de um período plurianual, em percentuais anuais equivalentes, de forma que, ao final desse período, o beneficiário fará jus à totalidade do valor econômico das unidades atribuídas, observadas as condições de permanência previstas no plano. A Companhia efetuará o pagamento da compensação equivalente às unidades atribuídas e devidamente apropriadas após o decurso de um período estabelecido que, conforme as condições do plano concedido, corresponde a 7 (sete) anos contados da data de recebimento, ou, alternativamente, quando o empregado atingir 65 anos de idade, desde que, em qualquer dos casos, o contrato de trabalho esteja vigente. Na

Techint Engenharia e Construção S.A.

hipótese de desligamento do empregado antes do término desse período, este fará jus ao recebimento do valor econômico das unidades já apropriadas, pelo valor contábil do último Patrimônio Líquido por ação publicado da Techint E&C S.A. na data do pagamento. Os beneficiários também receberão valores em caixa equivalentes ao dividendo pago por ação, sempre que a Techint E&C S.A. aprovar e efetuar o pagamento de dividendos em dinheiro a seus acionistas, proporcionalmente às unidades atribuídas e já apropriadas. O saldo de gratificações a empregados apresentados nas demonstrações financeiras de 2025 é de R\$8.106 (em 2024 R\$15.301), sendo o efeito no resultado em 2025 de R\$7.195 (em 2024 R\$ 1.508). **(k) Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **(l) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como uma provisão nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **(m) Receita de Contratos com Clientes:** O CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda. A norma é aplicável a todos os contratos com clientes, exceto contrato de aluguel (receitas de aluguel), instrumentos financeiros (juros) e contratos de seguros, para quais se aplicam normas específicas. **(n) Receita de contrato de construção:** A prática contábil de reconhecimento da receita de contratos com clientes tem como referência o princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um produto ou serviço é transferido para o cliente. Portanto, as receitas de vendas e os correspondentes custos associados ao projeto de construção são apropriados ao resultado do exercício à medida em que a obrigação de desempenho seja satisfeita ao longo do tempo. A administração adota o método de *Percentage of Completion* para reconhecimento da Receita recorrente de seus projetos de longo prazo, quando aplicável. O principal contrato em execução no ano de 2025 refere-se ao projeto MOA/PCI em Ipatinga – MG, tal projeto executado pela Companhia trata-se de prestação de serviço com reconhecimento da receita após execução dos eventos reconhecidos previamente em contrato. **2.3 Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de comandar as atividades relevantes da investida. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis sob as circunstâncias. Essas premissas incluem estimativas relativas ao futuro. As estimativas contábeis resultantes, por definição, raramente serão iguais aos resultados reais relacionados. As estimativas e premissas que têm um risco significativo de causar um ajuste material aos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo ano fiscal são abordadas abaixo. **(a) IRPJ, CSLL e outros impostos:** Os valores provisionados de IRPJ e CSLL são reconhecidos por estimativa mensal/balancete de suspensão. Há muitas transações e cálculos para os quais a determinação final de imposto é incerta, desse modo, o ajuste anual tem a finalidade de corrigir o saldo de acordo com o resultado final apurado pela Companhia. Para determinar o valor de ativos de imposto diferidos a serem reconhecidos para os quais é provável que o lucro tributável futuro seja compensado, a Companhia adota as alíquotas aplicadas aos prejuízos fiscais não utilizados e bases negativas, além de diferenças temporárias dedutíveis. A compensação de prejuízos fiscais no Brasil não prescreve, mas seu uso é limitado em cada ano fiscal a um máximo de 30% do lucro tributável anual. Ao determinar o valor de ativos de imposto diferido a serem reconhecidos, a Companhia considerou, entre outros, os seguintes fatores: (i) as razões subjacentes para ter incorrido em prejuízos fiscais e as medidas tomadas após as perdas serem sofridas para mitigar essas razões, inclusive a reestruturação de atividades e alterações em procedimentos e políticas; (ii) os mais recentes resultados tributáveis observados; (iii) a reversão de diferenças temporárias tributáveis existentes; e (iv) expectativa sobre lucro tributável futuro com base nos planos estratégicos, inclusive contratos já adjudicados à Companhia e o volume esperado de contratos no campo de operações da Companhia e as expectativas da administração quanto ao volume de contratos que podem ser adjudicados em última instância. A administração entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados. A estimativa é que a Companhia volte a gerar lucro tributável a partir do segundo semestre de 2026. **(b) Reconhecimento de receita:** A Companhia utiliza o Método de insumo para registro das receitas em conformidade com o CPC 47 / IFRS 15, itens 41-43 e na “Apêndice B - Orientação de aplicação” B14, B18 e B19. A norma orienta que o reconhecimento da receita deve ser em relação à obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo. **(c) Indenizações a receber:** A Companhia analisa suas contas de ativos e passivos sujeitas a liquidação financeira, frente a questões relacionadas a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, com o objetivo de apurar o efetivo montante de realização ou liquidação por conta de fatores de dinheiro no tempo e incertezas associadas. Quando aplicável e relevante, a Companhia efetua o ajuste contábil do respectivo ativo ou passivo, efetuando a apropriação do ganho ou perda no resultado de acordo com o passar do tempo, conceito este aplicável a todas as contas monetárias do balanço. **(d) Contratos Onerosos:** Quando for provável que os custos totais do contrato excedam à receita total, a Companhia reconhece imediatamente a perda esperada como uma despesa. A quantia de tal perda é determinada independentemente: (i) de haver ou não sido iniciado o trabalho relativo ao contrato; (ii) da fase de execução da atividade do contrato; ou (iii) da quantia de lucros que se espera que surjam em outros contratos que não são tratados como um contrato de construção único. A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato. **(e) Continuidade Operacional:** A Administração considera que a situação patrimonial e financeira da Companhia é um assunto relevante no contexto de suas Demonstrações Financeiras. Conforme destacado na Nota 1.1, o ano de 2025 foi marcado por um ambiente de grandes desafios de estabilidade econômica que impactou diretamente na retomada comercial esperada pelo mercado, mesmo com esse desafio a Companhia manteve participação ativa em propostas no segmento de *offshore*, refinarias e *greenfield*. Para potencializar a sua competitividade no segmento *offshore*, a Companhia decidiu em 2025 pela reforma e melhorias de suas instalações na Unidade Offshore Techint (UOT) localizada em Pontal do Paraná. Para mitigação dos riscos de insolvência, a Companhia tem atuado na exportação de serviços técnicos especializados de engenharia, de modo a atender projetos alocados onde sua Controladora atua, além de uma gestão de venda dos seus ativos não operacionais e manutenção de seus empreendimentos com sua Controladora indireta, em 2025 em virtude do aporte de capital social recebido, parte dos mútuos foram liquidados. Além do exposto acima, a Companhia acredita nos mercados de óleo e gás, geração de energia, mineração, fertilizantes, siderurgia e transição energética, mantendo uma relação comercial próxima aos potenciais investidores. Adicionalmente, a Companhia vem recebendo e possui suporte financeiro de sua Controladora, quando necessário, em 2025 os seus acionistas aportaram a título de capital social o montante de R\$496.782. **3.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01/01/2025: • Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - “Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis”, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações foram adotadas a partir de 01/01/2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **3.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30/05/2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - “Instrumentos Financeiros” e IFRS 7 - “Instrumentos Financeiros: Evidenciação” para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: **(a)** esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; **(b)** esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros (“SPPT test”), incluindo situações de ocorrência de um evento contigente; **(c)** adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e **(d)** atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”). As referidas alterações têm vigência a partir de 01/01/2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. • Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - “Instrumentos Financeiros”, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como “contracts referencing nature-dependent electricity”. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais. • IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - “Apresentação das Demonstrações Contábeis”, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparentes aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: Embora

a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. • No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 01/01/2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31/12/2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. • IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 01/01/2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11: as melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas: IFRS 1 - “Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro”; IFRS 7 - “Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7”; IFRS 9 - “Instrumentos Financeiros”; IFRS 10 - “Demonstrações Financeiras Consolidadas”; e IAS 7 - “Demonstração dos Fluxos de Caixa”. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 01/01/2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é de uma economia hiperinflacionária. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 01/01/2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - “Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras”: Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Recursos em bancos e em caixa	111	91	114	91
Recursos em bancos denominados em dólares	17	81	17	81
Depósitos bancários de curto prazo (i)	16.918	21.522	16.959	22.093
Depósitos bancários de curto prazo em dólares (ii)	302.936	–	302.936	–
	319.982	21.694	320.026	22.265

(i) Os valores considerados como depósitos bancários de curto prazo correspondem a certificados de depósito realizados com instituições financeiras de primeira linha que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de exposição financeira e remuneração média equivalente a 97,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). (ii) Os valores considerados como depósitos bancários de curto prazo em dólares correspondem a certificados de depósito realizados com instituições financeiras de primeira linha que operam no mercado financeiro do exterior, tendo como características taxa pos fixada com baixo risco de exposição financeira e com liquidez diária. Os certificados de depósito e operações compromissadas apresentados como equivalentes de caixa tem prazo original menor do que 90 dias ou a instituição financeira tem um compromisso contratual de efetuar o resgate do instrumento a qualquer momento quando solicitado pela Companhia sem qualquer perda de rendimento.

5. Clientes:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Outros	–	116
	–	116

A provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	–	(13.487)
Realização provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) (i)	–	13.487
Saldo Final	–	–

(i) A PCLD e seu respectivo valor a receber que a Companhia possuía com o cliente Ministério da Educação, no montante de R\$ 13.487 foi realizada durante 2024, conforme acordo de transferência dos respectivos direitos creditórios, não contemplando nenhum impacto no resultado do exercício findo em 31/12/2024.

Contas a receber por prazo de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
A vencer (até 30 dias)	–	116
	–	116

6. Impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	1.370	735	1.370	735
PIS (i)	54	60	252	258
COFINS (i)	–	7	1.649	1.656
ISS	–	349	–	349
Outros	–	24	–	24
Total Ativo Circulante	1.424	1.175	3.271	3.022
ICMS (ii)	–	–	2.768	3.026
Total Ativo Não Circulante	–	–	2.768	3.026
Total	1.424	1.175	6.039	6.048

(i) Os saldos de PIS e COFINS apresentados nas demonstrações financeiras de 2025 e 2024 são valores remanescentes dos créditos apurados pela execução e exportação da Plataforma FPSO P-76 e também de créditos por vendas mercantis oriundos da execução dos projetos de Jaguaticira II e Parnaíba V pela Companhia e sua controlada Socominer. Em setembro de 2024 houve a restituição do crédito restante de PIS e COFINS referente ao projeto P-76, no valor de R\$15.513, tal crédito sofreu correção monetária no montante de R\$3.579 pela taxa Selic. (ii) As operações mercantis com os contratos executados para a Eneva (Jaguaticira II e Parnaíba V) geraram também créditos de ICMS no estado de São Paulo, sendo que a Companhia e sua controlada tomaram a decisão de venda dos créditos a outros contribuintes. Durante o exercício de 2025 houve andamento na negociação para venda mercantil dos créditos oriundos de ICMS na controlada Socominer. A diferença entre os valores a receber e o residual contábil foi reconhecida no resultado da Companhia.

7. Estoques:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Materiais e peças	2.741	3.544
Adiantamentos a fornecedores	44	16
	2.785	3.560

8. Indenizações a receber: No exercício findo em 31/12/2011, a Companhia reconheceu ganho proveniente de indenização por conta de danos emergentes, em decorrência de decisão transitada em julgado em 04/04/2011, relativos a Contrato de Construção civil celebrado em 01/10/1991 com o Ministério da Educação e do Desporto, que tinha como objeto a construção de 200 unidades do Centro Integrado de Apoio à Criança (CIAC). Esta indenização foi postulada pela Companhia em decorrência da rescisão unilateral do Contrato pelo Poder Público, efetivada em 30/09/1996, quando 41 unidades do CIAC já tinham sido concluídas e outras se encontravam em construção. Em 15/09/2010, foi reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça o direito da Companhia de ser indenizada pelos danos emergentes apurados no laudo pericial, no valor atualizado até 31/12/1998 de R\$ 93.283, devidamente atualizados conforme os critérios definidos na decisão transitada em julgado em 04/04/2011. Em 18/07/2011, foi proposta pela Companhia a execução da decisão, acompanhada de laudo pericial contábil que atualizou o valor dos danos emergentes segundo os critérios definidos na decisão condenatória transitada em julgado, totalizando

continuação ➡

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Techint Engenharia e Construção S.A.													
o valor atualizado R\$ 339.263, na data de 30/06/2011, conforme segue:													
Detalhes		Valores											
Custos extras – atualizados até 31/12/1998		70.714											
Custas legais – atualizados até 31/12/1998		12											
Compensação de adiantamentos – atualizados até 31/03/1996		(6.933)											
Total líquido		63.793											
Atualizações monetárias (INPC/IBGE) desde as datas respectivas estabelecidas na sentença		82.866											
Juros legais (1% ao mês linear) desde as datas respectivas estabelecidas na sentença		192.604											
Total dos danos causados atualizados		339.263											
O valor da indenização registrado em 2011 foi apurado a partir do valor estabelecido em laudo de perito contábil, líquido das despesas advocatícias atreladas à realização do crédito e efeitos tributários, acrescido da atualização monetária pelos índices oficiais (INPC/BACEN) e juros de 1% ao mês, sendo o valor resultante descontado a valor presente com base nos índices DIx TR divulgados/ pela BM&FBOVESPA, levando-se em consideração o recebimento em precatórios conforme previsto na legislação vigente. Em 25/10/2011, tendo sido devidamente citada para a Execução, a União opôs Embargos à Execução, em que postulava critérios para atualização do débito divergentes daqueles definidos na decisão transitada em julgado, cujo julgamento ocorreu em 19/10/2012. Apesar da Companhia considerar equivocada a decisão do juiz da primeira instância em reduzir em seis meses a data para início da atualização do valor da indenização, a Companhia, conservadoramente, reconheceu uma redução do valor do crédito em R\$ 14.906, mantendo os demais valores e critérios de atualização do crédito em conformidade com a decisão transitada em julgado, os quais foram confirmados pela sentença. Foi interposto o competente Recurso de Apelação, que foi julgado em 14/06/2023, mantendo-se a sentença de primeira instância. A União interpôs embargos de declaração, os quais estão pendentes de julgamento. Em 06/09/2012, a União apresentou no Superior Tribunal de Justiça uma ação rescisória requerendo rescisão da decisão final transitada em julgado, a qual foi contestada pela Companhia em 09/11/2012 no sentido de serem improcedentes as alegações da ação. A ação foi julgada totalmente improcedente em 09/08/2023, tendo o acórdão transitado em julgado em favor da Companhia. Em 16/12/2021, o governo brasileiro emitiu a Emenda Constitucional (CA) 114/21 que inclui um limite anual até 2026 para alocar no orçamento do governo despesas relacionadas a pagamentos devidos a decisões judiciais (“precatórios”). Essa questão está sendo revista pelo Supremo Tribunal Federal. Operação de venda com o Banco BTG Pactual: Em 02/12/2021, a Companhia concluiu as negociações iniciais e assinou um contrato (Adendo e Escritura Pública doravante denominado “Contrato”) com o Banco BTG Pactual para a venda do crédito. Tais valores negociados foram reconhecidos na linha de “Outras Obrigações – Adiantamento” do balanço patrimonial da Companhia. As principais características do Contrato assinado estão descritas abaixo: i. A Techint Brasil recebeu a título de adiantamento do BTG Pactual (“BTG”) um pagamento inicial no valor de R\$ 70.000, como primeira parcela de uma operação relacionada à venda do processo. ii. Com base no Acordo, o BTG concluiu nos primeiros meses de 2023 a substituição do nome da Techint Engenharia nos tribunais onde o processo judicial está sendo conduzido. iii. O pagamento a título de adiantamento inicialmente efetuado pelo BTG sofreu atualizações mensais de acordo com as premissas negociadas em contrato. iv. Dependendo do momento em que o “precatório” seja finalmente emitido, o BTG se compromete a pagar à Techint Brasil o saldo remanescente do acordo, cujo valor depende das premissas estabelecidas no contrato. No ano de 2024 a Companhia concluiu o processo de venda definitiva ao Banco BTG, através de nova negociação firmada em contrato no mês de setembro. Tal negociação seguiu o plano estratégico divulgado pela Administração de antecipação no recebimento dos créditos. Em 2025 e 2024 o montante negociado com o BTG denominado como “Parcela fixa” e “Parcela variável” e reconhecido no ativo não circulante foi atualizado conforme taxas previstas no contrato bem como a realização do ajuste a valor presente (AVP) da parcela futura do crédito, adotando uma taxa de desconto de Selic e spread de 4%. A movimentação em 2025 e 2024 dos valores registrados nos créditos a receber e na respectiva provisão para honorários advocatícios está apresentada a seguir:													
		Controladora e Consolidado											
		2025											
		Indenização											
Saldo em 31/12/2024		109.290											
Ajuste AVP parcela futura		286											
Atualizações financeiras parcelas futuras		13.269											
Saldo em 31/12/2025		122.845											
Valor reconhecido no resultado		13.555											
		Valor											
		Indenização											
Saldo em 01/01/2024		598.113		(139.283)		(123.536)		335.294					
Reembolso adiantamento provisão de honorários		7.000		–		–		7.000					
Pagamento parcial Fee advogados (a)		(6.000)		6.000		–		–					
Reversão da provisão de honorários (b)		(133.283)		133.283		–		–					
Reversão parcial do crédito (c)		(92.976)		–		–		(92.976)					
Liquidações recebidas		(130.000)		–		–		(130.000)					
Atualização monetária adiantamento (nota 28)		–		–		(11.560)		(11.560)					
Liquidação adiantamento BTG (i)		(135.096)		–		135.096		–					
Ajuste AVP parcela futura (nota 28)		(4.992)		–		–		(4.992)					
Atualizações financeiras parcelas futuras (nota 28)		6.524		–		–		6.524					
Saldo em 31/12/2024		109.290		–		–		109.290					
Resultado com a venda total dos créditos													
Recuperação de despesas administrativas		7.000		–		–		7.000					
Reversão de provisão de honorários em “Outras receitas e despesas” (nota 27)		–		59.636		–		59.636					
Reversão de provisão de honorários em “Resultados Financeiros (Nota 28)”		–		79.647		–		79.647					
Valor da baixa do crédito em “Resultados financeiros (Nota 28) (a, b e c)		(232.259)		–		–		(232.259)					
Atualização outras Obrigações – Adiantamento em “Resultados financeiros (Nota 28)”		–		–		(11.560)		(11.560)					
Atualização financeira em “Resultados financeiros (Nota 28)”		6.524		–		–		6.524					
Valor Ajuste AVP parcela futura em “Resultados financeiros” (Nota 28)		(4.992)		–		–		(4.992)					
Resultado com a operação		(223.727)		139.283		(11.560)		(96.004)					
(i) A liquidação no montante de R\$135.096, reconhecido anteriormente a título de parcela P1, se deu através de compensação de ativos e passivos, não envolvendo diretamente o caixa e consequentemente não transitando na DFC.													
9. Investimentos: (a) Participação em sociedades controlada e coligada:													
		2025											
		Controlada											
		Coligada											
		Umon Engenharia de (“Socointer”) Montagem Ltda. (“Umon”)											
Capital social		6.350		12.720									
Número de quotas possuídas		6.346.164		4.240.157									
Valor nominal por lote de mil quotas – R\$		1		1									
Participação no capital – %		99,94		33,33									
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) (i)		(25.498)		(43)									
Prejuízo do exercício		(1.424)		–									
		2024											
		Controlada											
		Coligada											
		Umon Engenharia de Montagem Ltda. (“Umon”)											
Capital social		6.350		12.720									
Número de quotas possuídas		6.346.164		4.240.157									
Valor nominal por lote de mil quotas – R\$		1		1									
Participação no capital – %		99,94		33,33									
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) (i)		(24.074)		(43)									
Prejuízo do exercício		(2.332)		–									
(i) Conforme detalhado na Nota 9 (c)(ii), a Companhia não reconheceu qualquer valor em relação o passivo a descoberto da coligada Umon.													
(b) Movimentação dos investimentos / provisão para perdas em investimentos:													
		2025											
Saldos iniciais		(24.060)		(21.729)									
Resultado de equivalência patrimonial		(1.423)		(2.331)									
Saldos finais		(25.483)		(24.060)									
(c) Outras informações: (i) Socointer: A controlada Socointer exerce atividades comerciais de revenda de materiais e/ou equipamentos a serem incorporados em projetos de infraestrutura, destacando-se na construção de plantas industriais, usinas termoeletricas, unidades petroquímicas, refinarias e plataformas e obras correlatas. (ii) Umon: A investida Umon detém 14.408.271 ações, representando 72,92% do capital social da empresa Itamon Construções Industriais Ltda. (“Itamon”). Os saldos nas empresas investidas são reduzidos a zero nas circunstâncias de patrimônio líquido negativo. Assim, o investimento na coligada Umon está contabilizado pelo valor de zero em 31/12/2025 e 2024 e somente será reconhecida equivalência patrimonial a partir do momento em que o patrimônio da coligada deixar de ser negativo, se acontecer, na medida em que não existe intenção manifestada de manutenção de apoio financeiro ou responsabilidade formal ou operacional para a cobertura do passivo a descoberto. (d) Consórcios com controle compartilhado: A Companhia possui a seguinte participação em consórcios em 31/12/2025 e de 2024: (i) Consórcio Techint - Andrade Gutierrez (TE-AG) : A Techint possui uma participação de 50% no consórcio estabelecido em 03/03/2010 para executar um contrato com a Comperj Petroquímicos Básicos S.A., uma subsidiária da PETROBRAS. O projeto destinava-se a fornecer equipamento e materiais, construir, instalar, testar e fornecer assistência inicial do processo de coqueamento retardado, a área de Controle, área de armazenamento e subestações elétricas. Este contrato foi suspenso unilateralmente pelo cliente em 2015 e segue em aberto aguardando avanços nas negociações finais para o seu encerramento. (ii) Consórcio Techint - Techint Óleo e Gás (TTP-76) : O consórcio foi constituído com o objetivo de construir, integrar e comissionar a plataforma offshore FPSO P76 para a PNBV – Petrobras Holanda, onde a Techint atua com uma participação de 99%. Ao final de 2018, o consórcio concluiu seu escopo e a exportação da plataforma foi concretizada, iniciando sua operação de extração. Foi assinado pelas partes no dia 07/03/2022 o Termo de Recebimento Definitivo (TRD), encerrando o contrato entre o Consórcio TTP76 e a PNBV. O consórcio foi baixado em junho de 2024, quando ocorreram as liquidações de todas as suas obrigações e seus direitos. No quadro abaixo são demonstrados os saldos e resultados oriundos dos consórcios os quais a Companhia possui participação ativa:													
		2025		2024									
		Consórcio TE-AG		Consórcio TE-AG		Consórcio TTP-76							
Ativos		41		38		–							
Circulantes		41		38		–							
Passivos		559		449		–							
Circulantes		95		298		–							
Não circulantes		654		747		–							
Ativos (Passivos) líquidos		(612)		(709)		–							
Despesas		(22)		(113)		(339)							
Prejuízo do exercício		(22)		(113)		(339)							
Participação proporcional em consórcios – %		50		50		99							
10. Ativo de direito de uso – aplicação da CPC06 (R2) / IFRS 16: A Companhia arrendava um andar onde estava localizado seu escritório central. O contrato de locação deste imóvel tinha vigência de 5 anos. O arrendamento incluía a opção de renovação pelo mesmo período após o término do prazo do contrato. Em 2025 a Companhia decidiu pela entrega do imóvel aqui mencionado, reconhecendo em sua demonstração financeira a baixa total dos ativos e passivos relacionados ao arrendamento do mesmo. Em paralelo a devolução do referido imóvel a Companhia arrendou outro imóvel onde está atualmente localizado o seu escritório central. O contrato de locação vigente terá o prazo de 10 anos, com carência de 14 meses para o pagamento do primeiro aluguel, e a Companhia reconheceu em ativos de direito de uso um montante de R\$12.607 ajustado a valor presente e em contrapartida no passivo como arrendamento de leasing. Para o referido ativo acima descrito, a Companhia adota a premissa de taxa incremental de financiamento de 6,59% a.a. Mensalmente os impactos são contabilizados no resultado através da amortização do leasing sobre o ativo de direito de uso e o reconhecimento em despesa financeira que será a diferença da parcela paga mensal do valor do aluguel versus o valor reconhecido no passivo como arrendamento de leasing. A Companhia não arrenda veículos e equipamentos que sejam afetados por esta norma. Os saldos reconhecidos na demonstração do resultado estão demonstrados abaixo:													
		Controladora e Consolidado											
		2025		2024									
Encargos de depreciação		2.199		2.124									
Despesas com juros		404		561									
		2.603		2.685									
A seguir, estão apresentadas as movimentações no direito de uso do ativo da Controladora e do Consolidado:													
11. Imobilizado:													
		Controladora										Consolidado	
		Edificações e Benfeitorias		Equipamentos e instalações		Veículos		Outros		Total			
Saldos em 1º/01/2024		35.057		96.414		133		1.634		1.441			
Adição		–		–		–		221		523			
Depreciação		–		(5.926)		(24)		(600)		(828)			
Depreciação do Custo atribuído		–		(80)		–		–		(80)			
Alienação		–		(70)		–		(23)		(93)			
Saldos em 31/12/2024		35.057		90.338		109		1.232		1.136			
Custo total		35.057		161.522		2.820		3.268		30.622			
Depreciação acumulada		–		(71.184)		(2.711)		(2.036)		(29.486)			
Valor residual		35.057		90.338		109		1.232		1.136			
Saldos em 1º/01/2025		35.057		90.338		109		1.232		1.136			
Adição		–		3.129		–		2.866		9.126			
Depreciação		–		(5.677)		6		(645)		(523)			
Depreciação do Custo atribuído		–		(81)		–		–		(81)			
Alienação		–		–		–		(22)		48			
Saldos em 31/12/2025		35.057		87.709		115		3.431		2.587			
Custo total		35.057		160.265		2.030		5.002		30.535			
Depreciação acumulada		–		(72.556)		(1.915)		(1.571)		(27.948)			
Valor residual		35.057		87.709		115		3.431		2.587			
O valor principal que compõe o imobilizado é a Unidade Offshore Techint (UOT) que está localizada no litoral do Paraná, no valor de R\$ 121.449 em 31/12/2025 (R\$ 124.284 em 2024). A Companhia tem avaliado diferentes oportunidades de operações no local, recebendo inclusive visitas de potenciais parceiros nas áreas de Offshore e Energia, salientando que seu valor de mercado é bastante superior ao seu valor residual contábil, e para atender a demanda pela procura no segmento offshore, a Companhia decidiu em 2025 pela reforma e melhorias de suas instalações fiscais). (a) Revisão da vida útil e valor contábil: Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável. (b) Custo atribuído: Conforme previsto na Interpretação Técnica IPCC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Resolução CFC no 1.263/09, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído (deemed cost) ajustando os saldos de abertura dos bens imóveis, que compreendem os terrenos, edificações e benfeitorias, na data da transição para IFRS em 01/01/2009 no montante de R\$ 92.586 (R\$ 61.107, líquido de efeitos fiscais). Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas externos com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizar este trabalho, os especialistas externos consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e o ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. O laudo de avaliação do novo custo atribuído gerado por especialistas externos foi aprovado pelo Conselho de Administração em 03/03/2011. Os saldos atualizados de reavaliação são em 2025 e de R\$ 35.391 (R\$ 23.358, líquido de efeitos fiscais) e em 2024 de R\$ 35.471 (R\$ 23.411, líquido de efeitos fiscais). Durante o ano de 2025 não houve movimentos relevantes de redução desses valores, e o saldo da reserva é de R\$23.189. (c) Depreciação: Em 2025 o montante consolidado reconhecido como depreciação foi de R\$6.920 (2024 - R\$57.460) em “Despesas gerais e administrativas”. (d) Bens em garantia: Em decorrência de ação civil pública promovida pela Petrobras para discussão de alegados danos relacionados a projetos executados em consórcio pela Companhia no passado, foi requerido o bloqueio cautelar de bens da Companhia, medida deferida em setembro de 2022. Posteriormente, as partes acordaram limitar esse bloqueio provisoriamente a um imóvel da Companhia (a Unidade Offshore Techint - UOT, em Pontal do Paraná). A ação judicial encontra-se em curso, a Companhia já apresentou sua defesa e aguarda o julgamento. 12. Intangível: O item consiste em licenças de software e custos de desenvolvimento de software.													
		Controladora		Consolidado									
		Valor original		Amortização acumulada		Valor líquido		Valor original		Amortização acumulada			
Total em 1º/01/2024		22.125		(20.769)		1.356		22.360		(21.004)			
Adição		452		–		452		452		–			
Amortização		–		(459)		–		(459)		(459)			
Alienação		(43)		43		–		(278)		278			
Total em 31/12/2024		22.534		(21.185)		1.349		22.534		(21.185)			
Adição		632		–		632		632		–			
Amortização		–		(514)		–		(514)		(514)			
Alienação		(1.940)		1.940		–		(1.940)		1.940			
Total em 31/12/2025		21.226		(19.759)		1.467		21.226		(19.759)			
13. Fornecedores:													
		Controladora		Consolidado									
		2025		2024		2025		2024					
Nacionais		3.478		6.837		4.245		7.604					
Materiais		7.433		5.800		7.433		5.800					
Serviços		10.911		12.637		11.678		13.404					
Estrangeiros		–		–		–		–					
Materiais		94		793		167		883					
Serviços		10		658		18		658					
		104		1.451		185		1.541					
		11.015		14.088		11.863		14.945					
Em 31/12/2025 e 2024, a Companhia não oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (reverse finance operation) por uma instituição financeira.													
14. Empréstimos e financiamentos:													
		Indexador / taxa média de juros%		Controladora e Consolidado									
		2025		2024									
Capital de Giro		6.15%		a.a (i)		16.578		51.908					
Moeda Estrangeira (USD)		–		–		16.578		51.908					
Circulante		–		–		–		–					
(i) A taxa média de juros de 6,15% a.a refere-se ao ano de 2025 (2024 7,12% a.a.), com vencimento previsto para 2026. A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia durante o ano de 2025 e 2024 se deu da seguinte forma:													
		Controladora e Consolidado											
		2025											
Saldo em 1º/01/2025		51.908											
Novas captações		33.359											
15. Provisões para indenizações:													
		Controladora		Consolidado									
		2025		2024									
Passivo circulante		9.704		4.243									
Referem-se à provisão para obrigações relacionadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e aviso prévio a pagar no caso de demissão de funcionários horistas, os quais não pertencem ao quadro permanente de funcionários da Companhia.		9.704		4.243									
18. Impostos e contribuições parcelados:													
		Controladora		Consolidado									
		2025		2024		2025		2024					
Passivo circulante		–		167		636		738					
Passivo não circulante		–		–		3.643		3.825					
		–		167		4.279		4.563					
A movimentação dos impostos e contribuições parcelados da Companhia durante o ano de 2025 se deu da seguinte forma:													
		Controladora		Consolidado									
		2025		2025									
Saldo em 1º/01/2025		167		4.563									
Amortização de principal (i)		(167)		(773)									
Despesa de juros		–		489									
Saldo em 31/12/2025		–		4.279									
19. Provisões para indenizações:													
		Controladora		Consolidado									
		2024		2024									
Saldo em 1º/01/2024		3											

Abertura por ano de vencimento (Consolidado):

	1 Ano	2 Anos	3 Anos	4 Anos	+ 5 Anos
Parcelamento ICMS – Tamburi (ii)	636	636	636	636	1.735
	636	636	636	636	1.735

(i) Em março de 2023, a Companhia efetuou um acordo com o Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO) a fim de liquidar a discussão quanto a processo referente ao Imposto sobre Serviço (ISS), não recolhido. O acordo foi feito em 24 parcelas fixas, sendo a primeira paga em abril de 2023 e última em março de 2025. Em 2025 houve a liquidação do referido parcelamento conforme previsto. (ii) Em junho de 2023, houve efetivação da homologação para parcelamento referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), nos termos da Lei nº 11.785/23 do Estado do Espírito Santo, com adesão dos débitos ao REFIS/2023 – ES. O acordo foi feito em 120 parcelas, sendo a primeira paga em junho de 2023 e a última para maio de 2033.

19. Tributos diferidos - IRPJ e CSLL: (a) Movimentação do IRPJ e CSLL diferidos: Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

Controladora e Consolidado

	Creditado (debitado) à demonstração do resultado	Creditado (debitado) à demonstração do resultado		
	01/01/2024 de 2024	31/12/2024 de 2024	31/12/2025 de 2025	31/12/2025 de 2025
Prejuízos fiscais de IRPJ	56.911	–	56.911	33.346
Bases negativas de CSLL	20.488	–	20.488	12.004
Diferenças temporárias	–	–	–	–
Provisão para contingências	2.298	1.407	3.705	(1.363)
Provisão para indenizações	609	744	1.443	3.316
Provisão para custos incorridos	909	(765)	144	(91)
Provisão para gratificações e encargos sociais	178	(178)	–	–
Provisão para perda nos estoques	2.065	(2.065)	–	–
Provisão para honorários	54.747	(54.747)	–	–
Provisão para garantias	–	842	842	(842)
Impairment de ativos	22	(3)	19	(13)
	138.317	(54.765)	83.552	46.357
Ajustes de avaliação patrimonial	(12.111)	51	(12.060)	27
Impostos diferidos, líquido	126.206	(54.714)	71.492	46.384

Em 2025 a Companhia apresentou prejuízo fiscal e tomou por decisão, registrar para IRPJ diferido (IRD) do exercício, no valor de R\$45.350, não sendo reconhecido o montante de R\$125.620 (em 2024 a Companhia optou pelo não registro do montante de R\$563.271), mesmo reconhecendo parte do valor de 2025, o valor não reconhecido é representado pelo montante de R\$369.582 (2024 R\$243.962), a Administração entende que diante das projeções futuras é provável consumir o ativo contabilizado em um prazo inferior a cinco anos. O consumo dos saldos de IRD sobre prejuízos fiscais e base negativa, baseado nas futuras projeções de lucro é apresentado abaixo:

	2026	2027	2028	2029	Total
Prejuízos fiscais de IRPJ	6.697	29.381	47.554	6.625	90.257
Bases negativas de CSLL	2.411	10.577	17.119	2.385	32.492
	9.108	39.958	64.673	9.010	122.749

(b) Reconciliação do benefício (despesa) do IRPJ e da CSLL:

Os valores de IRPJ e CSLL demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(494.930)	(263.613)
IRPJ e CSLL a alíquotas nominais (34%)	168.276	89.628
Ajustes para cálculo da alíquota efetiva	–	–
Resultado de participação em investidas	(484)	(792)
Doações, incentivos fiscais, incentivo longo prazo de funcionários e outros	(29)	(15)
Indenizações – resultados financeiros (i)	4.609	(78.448)
Diferido não constituído sobre prejuízos fiscais e base negativa (ii)	(125.620)	(63.271)
Multas não dedutíveis	–	(10)
Outros	(368)	(1.806)
IRPJ e CSLL	46.384	(54.714)
Corrente	–	–
Diferido	46.384	(54.714)

(i) Representa o efeito tributário de 34% relativo a atualização creditos a receber em 2025 e reversão total da provisão para honorários advocáticos em 2024. (ii) Refere-se a parcela não constituída de IRD, conforme decisão da Companhia de não atualizar em sua totalidade o seu saldo com base nos prejuízos fiscais mais recentes. (c) ICPC 22 / IFRIC 23 - Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro: A Administração avaliou e não identificou nenhuma posição tributária incerta na apuração do IRPJ e da CSLL da Companhia no exercício de 2025 e de 2024. Atualmente a Companhia possui um total de doze processos que tramitam na Refeita Federal do Brasil – RFB com possibilidade de perda possível envolvendo IRPJ e CSLL, sendo que nove ainda se encontram em fase administrativa, e três em fase judicial, que somados representam aproximadamente R\$41.009 (2024 R\$35.975). Ademais a administração realizou a avaliação da incerteza do tratamento dos tributos sobre o lucro à luz do ICPC 22 / IFRIC 23 e não identificou necessidade de realizar nenhuma provisão adicional no balanço de 2025 e de 2024.

20. Provisões para contingências:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Saldo em 1º/01/2025	993	3.490
Depósitos judiciais (i)	26	–
Reversões de provisão	(115)	(140)
Reversão baixas por pagamento	(486)	(414)
Adições e atualizações monetárias (ii)	490	290
Saldo em 31/12/2025	908	3.226
Provisões	918	3.226
Depósitos judiciais	(10)	–
Saldo em 31/12/2025	908	3.226

(i) Os saldos de depósitos judiciais somam-se às contingências, reduzindo assim o seu saldo, devido teor em garantia do depósito. (ii) Em todas as esferas (trabalhistas, cíveis e tributárias), ocorreram atualizações monetárias de acordo com as taxas praticadas por cada tribunal regional. A Companhia mantém processos administrativos e judiciais nos quais discute assuntos de ordem trabalhista, tributária e cível. Quando aplicável, estes processos são garantidos por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes destes processos são avaliadas e contabilizadas pela administração, apoiadas pelo parecer de consultores jurídicos externos. Além das contingências provisionadas, a Companhia gere processos trabalhistas e cíveis para os quais seus consultores jurídicos as consideram como resultado de perda possível e, consequentemente, nenhuma provisão foi registrada em 31/12/2025 para a somatória dos processos a seguir:

	2025	2024
Tributários	233.980	205.242
Cíveis	91.834	141.074

Em ambas as esferas, ocorreram atualizações monetárias de acordo com as taxas praticadas por cada tribunal regional. Os principais processos da esfera cível e tributário que tiveram movimentação durante o ano de 2025 com impacto na probabilidade de perda possível foram: **Tributário:** Em 2025 a Companhia e sua controlada possuem ao todo cinquenta e nove processos mantidos como provisão de perda possível, a diferença de valor em relação ao ano anterior basicamente é atualização monetária. **Cível:** Em 2025, a Companhia e sua controlada possuem ao todo dez processos mantidos como provisão de perda possível. No mesmo ano, houve mudança de prognósticos e também encerramentos de processos, que geraram a redução apontada no quadro acima. **21. Gestão de risco financeiro - Riscos financeiros:** As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda estrangeira, risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A natureza das atividades de seus contratos implica que a Companhia deve administrar riscos relativos a condições na compra de materiais e equipamentos que fazem parte de seus contratos de construção e que podem ser uma grande parte do escopo do trabalho. Os riscos de mercado são administrados quando a Companhia entende que tal procedimento é necessário para suportar as estratégias corporativas. O diretor financeiro é responsável por revisar as informações e por administrar os riscos de mercado e riscos de liquidez.

Risco de crédito e qualidade de crédito de ativos financeiros: A Companhia acredita que atualmente a maioria das contrapartes com respeito a ativos financeiros é de riscos de crédito de alta qualidade. A Companhia historicamente limitou suas contrapartes onde investir disponibilidades de liquidez a bancos brasileiros ou internacionais geralmente considerados da mais alta qualidade.

Controladora

Consolidado

	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	302.952	81	302.952	81
Saldos denominados em dólares	17.030	21.613	17.074	22.184
Saldos denominados em reais	319.982	21.694	320.026	22.265
Total de caixa e equivalentes de caixa				
A tabela a seguir apresenta os ratings de crédito dos bancos nos quais a Companhia mantém saldos classificados em “Caixa e equivalentes de caixa” em 31/12/2025. Em todos os casos os ratings são de longo prazo.				
Banco	Escala (nacional ou global), agência de Rating, Long Term.	Rating		
Saldos denominados em dólares				
Citibank – Estados Unidos	Global/S&P/LT	A+		
Intesa Sanpaolo SpA	Global/S&P/LT	BBB+		
Saldos denominados em reais				
Banco Bradesco S.A.	Nacional/S&P/LT	BB.br		
Banco BTG Pactual S.A.	Nacional/S&P/LT	BB.br		
Banco do Brasil S.A.	Nacional/S&P/LT	BB.br		
Banco Santander (Brasil) S.A.	Nacional/S&P/LT	BB.br		
Itaú Unibanco S.A.	Nacional/Fitch/LT	BB+		
Caixa Econômica Federal	Nacional/S&P/LT	BB.br		
Banco Citibank S.A.	Nacional/S&P/LT	BB.br		

Clientes: Conforme detalhada na Nota 5, todos os riscos com contas a receber de clientes que trazem qualquer insegurança para a Companhia e suas subsidiárias está devidamente provisionado.

Risco de moeda estrangeira: A Companhia opera no Brasil e está exposta a risco de moeda estrangeira decorrente de aplicações de curto prazo no exterior e de certas dividas sendo a principal de empréstimos com exterior e mútuo com a sua controladora indireta. A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos denominados em moedas correntes diferentes de reais (R\$). Todas as posições correspondem a US\$.

Em milhares de dólares estadunidenses

	2025	2024
Depósitos bancários de curto prazo em dólares	55.058	13
Contas a receber de partes relacionadas	–	640
Contas a pagar de partes relacionadas	(51)	(58)
Contas a pagar empréstimos e mútuos	(18.507)	(43.071)
Exposição líquida	36.500	(42.476)

A Companhia elaborou análise de sensibilidade para o risco de variação cambial, considerando a exposição líquida em dólar norteamericano (USD) existente em 31/12/2025, com base nas posições apresentadas na tabela acima. Para fins dessa análise, foi considerada uma variação razoavelmente possível de 6% na taxa de câmbio do dólar norteamericano frente ao real. A exposição líquida em USD foi convertida para reais pela taxa de câmbio de R\$ 5,5024 de 31/12/2025, divulgada pelo Banco Central do Brasil, sendo considerada a taxa de 5,8325 ajustada considerando a variação de 6%, e considerando uma variação para menos de 6% a taxa usada na projeção é de 5,1723. Caso o dólar norteamericano tivesse apresentado uma valorização de 6% nessa data, o impacto estimado no resultado do exercício, antes dos efeitos tributários, seria de aproximadamente R\$ 12.050 mil. De forma inversa, uma desvalorização de 6% teria gerado impacto negativo de igual montante. Essa análise não representa estimativa de resultado futuro, mas apenas uma simulação dos potenciais efeitos de variações cambiais sobre os ativos e passivos monetários existentes na base de dados das demonstrações financeiras.

Risco cambial redução/aumento do dólar

Impacto 2025

Depósitos bancários de curto prazo em dólares 18.177

Contas a receber de partes relacionadas (17)

Contas a pagar de partes relacionadas (6.110)

Efeito Cambial em reais 12.050

Risco de taxa de juros: A Companhia está sujeita a risco de juros com respeito a: (i) seus empréstimos e financiamentos, e (ii) seus ativos financeiros registrados como “Equivalentes de caixa”. **Risco de liquidez:** A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora	Consolidado
	Menos de um ano (i)	Entre um e dois anos (i)
Em 31/12/2025		
Fornecedores	11.015	–
Partes relacionadas	2.259	85.254
Instrumentos financeiros derivativos	3.461	–
Empréstimos e financiamentos	16.578	–
	33.313	85.254
Em 31/12/2024		
Fornecedores	14.088	–
Partes relacionadas	720	214.800
Empréstimos e financiamentos	51.908	–
	66.716	214.800

Em 31/12/2025

Fornecedores 11.863

Partes relacionadas 2.263

Instrumentos financeiros derivativos 3.461

Empréstimos e financiamentos 16.578

34.165

85.254

Em 31/12/2024

Fornecedores 14.945

Partes relacionadas 720

Empréstimos e financiamentos 51.908

67.573

214.800

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração. **Administração de capital:** A Companhia busca manter um índice de endividamento adequado a nível de mercado considerando os riscos envolvidos e a indústria onde opera. O índice de Endividamento é obtido pela divisão da dívida líquida (soma de passivo circulante e passivo não circulante menos disponibilidades) pelo patrimônio líquido capital total.

	2025	2024
Dívida Líquida	179.771	336.706
Total do Patrimônio Líquido	292.993	248.080
Índice de Alavancagem Financeira (%)	61	136

O índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido diminuiu de 136% para 61% como resultado, principalmente, do aporte de capital realizado em 2025 pelos acionistas e a liquidação de parte do mútuo com sua controladora indireta. Para se manter em posição competitiva em ofertas para clientes, a Administração monitora ativamente e considera o impacto das decisões financeiras sobre estes índices. **22. Transações com partes relacionadas:** Os saldos a pagar e a receber referem-se principalmente a fornecimento de serviços de engenharia, fornecimento de materiais, alugueis de máquinas e equipamentos, fornecimento de serviços administrativos e o uso da estrutura física e pessoal entre as empresas da Companhia.

Controladora

Consolidado

	2025	2024	2025	2024
Ativo Circulante				
Confab Industrial S.A.	78	78	17	72
Tebra Construção e Montagem Ltda.	11.599	15.197	6.461	10.743
Sociminter So. Com. Int. Ltda. (i)	25.211	710	24.504	707
Techint S.A. de C.V. (Temex)	–	–	–	99
Techint Companhia Técnica Internacional S.A.C.I. (Uruguay)	–	–	–	–
Techint Chile S.A.	–	349	321	398
Usiminas Siderurgicas de Minas Gerais S.A.	42.320	2.833	3.147	7.520
Unigal Usiminas LTDA	18	1.478	–	44.815
Techint E&C S.A.	–	–	–	496
	79.226	240.975	50.742	64.850

Ativo Não Circulante

Sociminter So. Com. Int. Ltda. (i) 55 2 –

Passivo Circulante

Confab Industrial S.A. – (35) – (24)

Exiros.BR LTDA 282 (515) 102 (290)

Tebra Construção e Montagem Ltda. 1.696 (1.159) 255 (2.148)

Techint E&C S.A. (ii) 3 (7) 2 (2)

Techint Global Procurement S.A.(ex Wisdery S.A.) 278 (282) 361 (364)

2.259 | (1.998) | 720 | (2.828) |

Passivo Não Circulante

Techint E&C S.A. 85.254 (10.457) 214.800 (8.552)

85.254 | (10.457) | 214.800 | (8.552) |

Consolidado

	2025	2024
Receitas		
Saldo (despesas)		
Receitas		
Saldo (despesas)		

Ativo Circulante

Confab Industrial S.A. 78 78 17 72

Tebra Construção e Montagem Ltda. 11.599 15.197 6.461 10.743

Techint S.A. de C.V. (Temex) – – – 99

Passivo Circulante

Confab Industrial S.A. – (35) – (24)

Exiros.BR LTDA 282 (515) 102 (290)

Tebra Construção e Montagem Ltda. 1.696 (1.159) 255 (2.148)

Techint E&C S.A. (ii) 3 (7) 2 (2)

Techint Global Procurement S.A.(ex Wisdery S.A.) 278 (282) 361 (364)

2.259 | (1.998) | 720 | (2.828) |

Passivo Não Circulante

Techint E&C S.A. 85.254 (10.457) 214.800 (8.552)

85.254 | (10.457) | 214.800 | (8.552) |

Consolidado

	2025	2024
Receitas		
Saldo (despesas)		
Receitas		
Saldo (despesas)		

Ativo Circulante

Confab Industrial S.A. 78 78 17 72

Tebra Construção e Montagem Ltda. 11.599 15.197 6.461 10.743

Techint S.A. de C.V. (Temex) – – – 99

Passivo Circulante

Confab Industrial S.A. – (35) – (24)

Exiros.BR LTDA 282 (515) 102 (290)

Tebra Construção e Montagem Ltda. 1.696 (1.159) 255 (2.148)

Techint E&C S.A. (ii) 3 (7) 2 (2)

Techint Global Procurement S.A.(ex Wisdery S.A.) 278 (282) 361 (364)

2.259 | (1.998) | 720 | (2.828) |

Passivo Não Circulante

Techint E&C S.A. 85.254 (10.457) 214.800 (8.552)

85.254 | (10.457) | 214.800 | (8.552) |

Controladora e Consolidado

	2025	2024
Receitas		
Saldo (despesas)		
Receitas		
Saldo (despesas)		

Ativo Circulante

Confab Industrial S.A. – (35) – (24)

Exiros.BR LTDA 282 (515) 102 (290)

Tebra Construção e Montagem Ltda. 1.696 (1.159) 255 (2.148)

Techint E&C S.A. (ii) 3 (7) 2 (2)

Techint Global Procurement S.A.(ex Wisdery S.A.) 278 (282) 361 (364)

2.259 | (1.998) | 720 | (2.828) |

Passivo Não Circulante

Techint E&C S.A. 85.254 (10.457) 214.800 (8.552)

85.254 | (10.457) | 214.800 | (8.552) |

Consolidado

	2025	2024
Receitas		
Saldo (despesas)		
Receitas		
Saldo (despesas)		

Ativo Circulante

Confab Industrial S.A. – (35) – (24)

Exiros.BR LTDA 282 (515) 102 (290)

Tebra Construção e Montagem Ltda. 1.696 (1.159) 255 (2.148)

Techint E&C S.A. (ii) 3 (7) 2 (2)

Techint Global Procurement S.A.(ex Wisdery S.A.) 278 (282) 361 (364)

2.259 | (1.998) | 720 | (2.828) |

Passivo Não Circulante

Techint E&C S.A. 85.254 (10.457) 214.800 (8.552)

85.254 | (10.457) | 214.800 | (8.552) |

Controladora e Consolidado

	2025	2024
Receitas		
Saldo (despesas)		
Receitas		
Saldo (despesas)		

Ativo Circulante

Confab Industrial S.A. – (35) – (24)

Exiros.BR LTDA 282 (515) 102 (290)

Tebra Construção e Montagem Ltda. 1.696 (1.159) 255 (2.148)

Techint E&C S.A. (ii) 3 (7) 2 (2)

Techint Global Procurement S.A.(ex Wisdery S.A.) 278 (282) 361 (364)

2.259 | (1.998) | 720 | (2.828) |

Passivo Não Circulante

Techint E&C S.A. 85.254 (10.457) 214.800 (8.552)

85.254 | (10.457) | 214.800 | (8.552) |

Consolidado

	2025	2024
Receitas		
Saldo (despesas)		
Receitas		
Saldo (despesas)		

Ativo Circulante

Confab Industrial S.A. – (35) – (24)

Exiros.BR LTDA 282 (515) 102 (290)

Tebra Construção e Montagem Ltda. 1.696 (1.159) 255 (2.148)

Techint E&C S.A. (ii) 3 (7) 2 (2)

Techint Global Procurement S.A.(ex Wisdery S.A.) 278 (282) 361 (364)

2.259 | (1.998) | 720 | (2.828) |

Passivo Não Circulante

Techint E&C S.A. 85.254 (10.457) 214.800 (8.552)

85.254 | (10.457) | 214.800 | (8.552) |

Controladora e Consolidado

	2025	2024
Receitas		
Saldo (despesas)		
Receitas		
Saldo (despesas)		

Ativo Circulante

Confab Industrial S.A. – (35) – (24)

Exiros.BR LTDA 282 (515) 102 (290)

Tebra Construção e Montagem Ltda. 1.696 (1.159) 255 (2.148)

Techint E&C S.A. (ii) 3 (7) 2 (2)

Techint Global Procurement S.A.(ex Wisdery S.A.) 278 (282) 361 (364)

2.259 | (1.998) | 720 | (2.828) |

Passivo Não Circulante

Techint E&C S.A. 85.254 (10.457) 214.800 (8.552)

85.254 | (10.457) | 214.800 | (8.552) |

Consolidado

	2025	2024
Receitas		
Saldo (despesas)		
Receitas		
Saldo (despesas)		

Ativo Circulante

Confab Industrial S.A. – (35) – (24)

Exiros.BR LTDA 282 (515) 102 (290)

Tebra Construção e Montagem Ltda. 1.696 (1.159) 255 (2.148)

Techint E&C S.A. (ii) 3 (7) 2 (2)

Techint Global Procurement S.A.(ex Wisdery S.A.) 278 (282) 361 (364)

2.259 | (1.998) | 720 | (2.828) |

Passivo Não Circulante

Techint E&C S.A. 85.254 (10.457) 214.800 (8.552)

85.254 | (10.457) | 214.800 | (8.552) |

Controladora e Consolidado

	2025	2024
Receitas		
Saldo (despesas)		
Receitas		
Saldo (despesas)		

Ativo Circulante

Confab Industrial S.A. – (35) – (24)

Exiros.BR LTDA 282 (515) 102 (290)

Tebra Construção e Montagem Ltda. 1.696 (1.159) 255 (2.148)

Techint E&C S.A. (ii) 3 (7) 2 (2)

Techint Global Procurement S.A.(ex Wisdery S.A.) 278 (282) 361 (364)

2.259 | (1.998) | 720 | (2.828) |

Passivo Não Circulante

Techint E&C S.A. 85.254 (10.457) 214.800 (8.552)

85.254 | (10.457) | 214.800 | (8.552) |

Consolidado

	2025	2024
Receitas		
Saldo (despesas)		
Receitas		
Saldo (despesas)		

Ativo Circulante

Confab Industrial S.A. – (35) – (24)

Exiros.BR LTDA 282 (515) 102 (290)

Tebra Construção e Montagem Ltda. 1.696 (1.159) 255 (2.148)

Techint E&C S.A. (ii) 3 (7) 2 (2)

Techint Global Procurement S.A.(ex Wisdery S.A.) 278 (282) 361 (364)

2.259 | (1.998) | 720 | (2.828) |

Passivo Não Circulante

Techint E&C S.A. 85.254 (10.457) 214.800 (8.552)

85.254 | (10.457) | 214.800 | (8.552) |

Controladora e Consolidado

	2025	2024
Receitas		
Saldo (despesas)		
Receitas		
Saldo (despesas)		

Ativo Circulante

Confab Industrial S.A. – (35) – (24)

Exiros.BR LTDA 282 (515) 102 (290)

Tebra Construção e Montagem Ltda. 1.696 (1.159) 255 (2.148)

Techint E&C S.A. (ii) 3 (7) 2 (2)

Techint Global Procurement S.A.(ex Wisdery S.A

continuação

26. Custo e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos de mão de obra	(172.114)	(65.304)	(172.114)	(65.304)
Serviços de terceiros	(23.697)	(11.367)	(24.501)	(12.239)
Materiais de instalação e construção	(16.191)	(3.235)	(16.191)	(3.250)
Aluguel de equipamentos	(2.284)	(24)	(2.284)	(24)
Depreciação do imobilizado (Nota 10 e 11)	(9.119)	(9.582)	(9.119)	(9.584)
Amortização do intangível (Nota 12)	(514)	(459)	(514)	(459)
Reversão de perda nos adiantamentos a fornecedores (Provisão) Reversão para custos incorridos	-	1.055	-	1.055
Estrutura com escritórios	269	(415)	269	(415)
Impostos, taxas e contribuições	(2.261)	(1.737)	(2.261)	(1.737)
Frete e transportes	(3.354)	(5.757)	(3.356)	(5.763)
Despesas com viagens	(1.064)	(425)	(1.064)	(428)
Outros	(3.894)	(2.569)	(3.894)	(2.569)
	(1.282)	(2.265)	(1.285)	(2.414)
	(235.505)	(102.084)	(236.314)	(103.131)
Custos dos produtos vendidos e serviços	(167.615)	(32.195)	(167.646)	(32.339)
Despesas gerais e administrativas	(63.353)	(69.791)	(64.131)	(70.694)
Despesas de vendas	(4.537)	(98)	(4.537)	(98)
	(235.505)	(102.084)	(236.314)	(103.131)

27. Outras (despesas) / receitas operacionais, líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado na venda de imobilizado	1.030	23	1.030	(122)
Reversão de contingências de processos judiciais	255	7.783	255	7.783
Atualização de contingências de processos judiciais	(1.512)	(780)	(1.512)	(780)
Reversão por pagamento de contingências de processos judiciais	974	327	974	327
Pagamento de processos judiciais	(2.071)	(456)	(2.078)	(458)
Multa por indenização contratual (Nota 23(ii))	(261.766)	-	(261.766)	-
Reversão de créditos a receber (Nota 23(iii))	(206.700)	-	(206.700)	-
Reversão de provisão de honorários (Nota 8)	-	59.636	-	59.636

28. Receitas e despesas financeiras, líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras	2.676	1.655	2.714	1.752
Juros sobre aplicações financeiras	51.220	-	51.230	-
Variação cambial	13.555	6.524	13.555	6.524
Atualização indenizações a receber (Nota 8)	195	4.804	234	4.833
Outras receitas financeiras	67.646	12.983	67.733	13.109
Despesas financeiras	(1.233)	(13.296)	(1.233)	(13.296)
Juros de empréstimos e financiamentos	(10.457)	(8.552)	(10.457)	(8.552)
Juros sobre mútuos	(9.606)	(93.343)	(9.606)	(93.392)
Variação cambial	(3.461)	-	(3.461)	-
Perdas Instrumentos Financeiros Derivativos	(29.977)	-	(29.977)	-
Atualização de multa por indenização	(28)	(249)	(36)	(253)
Contratual (Nota 23 (ii))	(120)	(311)	(124)	(317)
Despesas bancárias e corretagem	-	-	-	-
PIS e Cofins sobre receitas financeiras	-	-	-	-
Baixa do crédito e reversão de provisão de honorários (Nota 8)	-	(152.612)	-	(152.612)
Atualização outras Obrigações – Adiantamento (Nota 8)	-	(11.560)	-	(11.560)
Valor Ajuste AVP indenizações a receber (Nota 8)	-	(4.992)	-	(4.992)
IRPJ sobre operações financeiras	(5.791)	-	(5.791)	-
Outras despesas financeiras	(669)	(226)	(1.157)	(845)
	(61.342)	(285.702)	(61.842)	(286.380)
	6.304	(272.719)	5.891	(273.271)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-

29. Compromissos firmados com clientes: Em 2025 a Companhia possui um programa de geren-

que assinou em 2024 de prestação de serviço e de mão de obra administrada com a Usiminas pelo prazo de três anos. 30. Cobertura de seguros : A Companhia possui um programa de geren-

A Diretoria

Wilson Rigon Junior – Diretor Geral e de Operações

Fábio Aquino – Diretor Administrativo e Financeiro

Rita de Cassia Costa Silva – Contadora – CRC nº 1SP193395/0-3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

com a Eletrobras Eletroenergia S.A. ("Eletroenergia"), no qual a Companhia e outras empresas que integravam o consórcio contratado foram declaradas inidôneas para participar de licitações da Administração Pública Federal por um período de até cinco anos. Em 2019, o pedido de reexame foi julgado e rejeitado, com a manutenção da decisão recorrida. A Companhia ajuizou mandado de segurança contra tal decisão perante o Supremo Tribunal Federal que suspendeu liminarmente os efeitos da decisão do TCU, decisão esta confirmada em sede de mérito, tanto monocraticamente em maio de 2023, como pelo colegiado em fevereiro de 2024. Recursos foram interpostos pela União, entretanto os mesmos foram rejeitados, com trânsito em julgado da decisão favorável à Companhia em agosto de 2024. Em 08/12/2021, o TCU determinou a abertura de Tomada de Contas Especial para apurar a ocorrência de eventual dano ao erário com relação à contratação da montagem eletromecânica da usina de Angra 3. Foi apresentada defesa pelas consorciadas e pelo Consórcio e aguarda-se sua análise pelo TCU. Adicionalmente, em 2022, a Eletroenergia ajuizou outra ação judicial referente ao referido suposto dano, de forma individual, contra cada uma das consorciadas. Nesse sentido, a Companhia apresentou defesa relacionada a esta ação, a qual aguarda a fase de instrução dos processos. (v) O TCU conduz também outros processos administrativos sobre o contrato da unidade de coqueamento retardado do Complexo Químico do Rio de Janeiro - COMPERJ, que a Companhia executou em consórcio para a Petrobras, em razão de suposto sobrepreço na referida contratação. A Companhia apresentou sua defesa nos referidos processos administrativos, os quais aguardam apreciação e julgamento. (vi) A Companhia foi intimada para a apresentação de defesa prévia em outra ação de improbidade administrativa apresentada pela Advocacia Geral da União (AGU) que menciona sua participação em consórcio na execução de um dos contratos da Petrobras. Em função das modificações havidas na legislação, referente ao prazo prescricional, o Ministério Público manifestou seu interesse em dar continuidade à ação, tendo sido ratificada a decisão de instauração da ação. A Companhia recorreu contra tal decisão e obteve provimento cautelar de suspensão da ação com relação à Companhia. Ao mesmo tempo, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região reconheceu a incompetência da Justiça Federal de Curitiba para processar e julgar o feito, tendo determinado a remessa do processo para a Justiça Federal do Rio de Janeiro. Houve recurso contra esta decisão, a qual aguarda julgamento. A Companhia informa que, nas atuais circunstâncias, não é possível prever a duração dos processos e das investigações bem como as futuras consequências para a Companhia oriundas dessas incertezas. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer efeitos que possam eventualmente advir das investigações e processos em curso. Nossa opinião não está modificada em relação a este tema.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e

consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/0-5

Gustavo dos Santos Amud
Contador
CRC 1RJ085031/0-0

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.

[datamercantil.com.br](https://www.datamercantil.com.br)

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL
São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

